

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES QUINTA CÂMARA

Processo nº

: 16707.004194/2003-56

Recurso nº

: 144.666 - EX OFFICIO

Matéria

: IRPJ e OUTROS - EXS.: 1999

Recorrente Interessada : 3° TURMA/DRJ em RECIFE/PE : SETRANS SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE

PASSAGEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE

Sessão de

: 09 DE NOVEMBRO DE 2005

Acórdão nº

: 105-15.373

Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Ano-calendário - 1998.

INSTITUIÇÕES ISENTAS - SUSPENSÃO DA ISENÇÃO - Estando presentes os pressupostos para a suspensão do benefício fiscal, a tributação deve basear-se no lucro real ou arbitrado, nos moldes aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

LUCRO REAL. BASE DE CÁLCULO - Não pode subsistir a base de cálculo apurada para o Lucro Real que simplesmente utiliza a "diferença de receitas e despesas".

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.

NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO - Deixa-se de apreciar a preliminar de nulidade argüida quando a decisão é favorável à contribuinte no mérito.

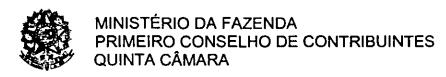
RECURSO EX OFFÍCIO - Nega-se provimento ao recurso interposto pela autoridade julgadora *a quo*, quando a decisão recorrida se ateve às provas constantes nos autos, e com base nelas deu correta interpretação aos fatos e aos dispositivos legais aplicáveis a matéria.

Recurso oficio negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto pela 3ª TURMA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM RECIFE/PE.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de oficio, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

74 W -



: 16707.004194/2003-56

Acórdão nº

: 105-15.373

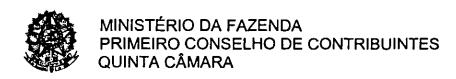
JOSÉ CLÓVIS ALVES

PRESIDENTE

NADJA RODRIGUES ROMERO **RELATORA**

FORMALIZADO EM: 0 9 DEZ 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: DANIEL SAHAGOFF, LUÍS ALBERTO BACELAR VIDAL, EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT, CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA, IRINEU BIANCHI e JOSÉ CARLOS PASSUELLO.



: 16707.004194/2003-56

Acórdão nº

: 105-15.373

Recurso nº

: 144.666 - EX OFFICIO

Recorrente

: 3ª TURMA/DRJ em RECIFE/PE

Interessada

: SETRANS SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE

PASSAGEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO

Contra a empresa acima mencionada foi lavrado o Auto de Infração de fls. 08/12 e, por decorrência, os de natureza reflexa constantes às fls. 16/18, 21/23 e 26/28 do presente processo, para exigência do crédito tributário referente ao ano-base de 1998, adiante especificado

Os referidos Autos são decorrentes de fiscalização efetuada junto à empresa decorrentes de ação fiscal externa realizada junto ao contribuinte, ensejada pela suspensão do direito à isenção do IRPJ no período de maio a dezembro de 1998, quando a fiscalização constatou omissão de receita caracterizada pela falta de comprovação de depósitos bancários mantidos à margem da escrituração e cuja origem não foi comprovada pela contribuinte. A tributação do IRPJ foi efetuada pela sistemática do lucro real.

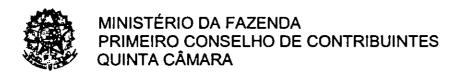
Foi ainda efetuado o lançamento da multa isolada por falta de recolhimento do IRPJ e CSLL com base na estimativa, ante a falta de escrituração de balancetes mensais de suspensão e/ou redução.

Os enquadramentos legais dados ao lançamento objeto do presente processo, constam dos Autos de Infração retrocitados.

As razões que levaram a suspensão da isenção encontram-se no processo nº 16707.003544/2003-67, conforme Despacho Decisório cuja cópia consta às fls. 172/178 e Ato Declaratório Executivo nº 77, de 09 de dezembro de 2003, fl. 179,

422c

P



: 16707.004194/2003-56

Acórdão nº

: 105-15.373

publicado no D O.U. de 16 de dezembro de 2003, conforme documento de fl. 180,o qual suspendeu a isenção devido a não observância dos requisitos essenciais para a sua fruição previstos no artigo 15, §3°, c/c artigo 12, §2°, "c" e "d" da Lei n°9.532/1997, referente ao dever de manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades, devido ao fato de a fiscalização ter constatado a existência de movimentação bancária mantida à margem de sua escrituração.

Através do despacho de fls. 341/342 foi determinado o encaminhamento do presente processo à DRF/Natal a fim de que fosse verificada a existência de impugnação contra o Ato Declaratório de fl. 179, e, em caso positivo, fosse anexada ao presente processo.

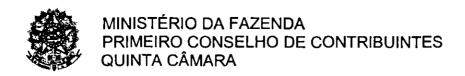
Em despacho à fl. 346, o chefe da SAFIS da DRF/Natal informa que o contribuinte não apresentou impugnação ao referido Ato Declaratório.

Inconformada, a contribuinte apresentou impugnações de fls. 302/310, 311/315; 317/321 e 322/326, relativas, respectivamente, ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, todas de igual teor, onde alega o que segue:

1) Preliminarmente a contribuinte argúi a nulidade do lançamento por cerceamento do direito ao contraditório e ampla defesa, alegando que no ano de 1998 gozava de isenção fiscal, tendo,inclusive, apresentado sua DIPJ como isenta. Somente após a expedição do Ato Declaratório Executivo nº 77/2002, que suspendeu sua isenção no período compreendido entre os meses de maio a dezembro de 1998 é que havia passado a condição de contribuinte do imposto e contribuições a que se refere o presente processo no aludido período temporal.

Prossegue afirmando que a obrigação cujo descumprimento havia ensejado a aplicação da multa isolada estaria consignada no artigo 2º da Lei nº 9.430/1996, a qual seria dirigida exclusivamente a pessoas jurídicas que, ao longo do exercício de 1998, fossem contribuintes do IRPJ sob o regime de tributação pelo lucro

yare /



: 16707.004194/2003-56

Acórdão nº

: 105-15.373

real, as quais estariam obrigadas a recolher mensalmente o tributo nos moldes ditados na norma. Conclui que, como no referido período encontrava-se usufruindo de isenção, condição excludente do crédito tributário, tal dispositivo não lhe seria aplicável.

Conclui que por estar abrangida pela isenção até o advento do Ato Declaratório Executivo retro citado, não se poderia admitir o raciocínio de que, já nos meses de maio a dezembro de 1998, estaria obrigada a recolher mensalmente o tributo ou demonstrar prejuízo. Tal obrigação teria surgido apenas a partir da edição do referido Ato Declaratório, mesmo que relativo ao pretérito exercício, incorrendo em grave violação ao disposto no artigo 5°, LV, da Constituição Federal, interpretação diversa do artigo 32, §5° da Lei nº 9.430/1996 que remete o termo inicial da suspensão da isenção à prática da infração.

Dessa forma, seria imprescindível a intimação formal para cumprimento da obrigação, fato este que não teria ocorrido, requerendo a nulidade do lançamento relativo à multa isolada, e:

2) Argúi a decadência alegando haver decorrido mais de cinco anos entre a ocorrência dos fatos tributados (maio a novembro de 1998) e a data da autuação (22 de dezembro de 2003), requerendo a exclusão de todos os valores relativos aos fatos ocorridos anteriormente a data de 22 de dezembro de 1998.

A 3ª de Julgamento da Delegacia da Receita de receita Federal de Julgamento em Recife - PE, apreciou as razões de defesa da contribuinte e conclui pela improcedência parcial do lançamento, por intermédio do Acórdão nº 9.144, de 20 de agosto de 2004, às fls, 347/354, assim ementado:

Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Ano-calendário - 1998.

INSTITUIÇÕES ISENTAS - SUSPENSÃO DA ISENÇÃO - Estando presentes os pressupostos para a suspensão do benefício fiscal, a tributação deve basear-se no lucro real ou arbitrado, nos moldes aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

1

42000

: 16707.004194/2003-56

Acórdão nº

: 105-15.373

LUCRO REAL. BASE DE CÁLCULO - Não pode subsistir a base de cálculo apurada para o Lucro Real que simplesmente utiliza a "diferença de receitas e despesas".

AUTO DE INFRAÇÃO - NULIDADE - Deixa-se de apreciar a preliminar de nulidade argüida quando a decisão é favorável à contribuinte no mérito.

TRIBUTAÇÃO REFLEXA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - A tributação reflexa deve, em relação ao respectivo Auto de infração, acompanhar o entendimento adotado quanto ao principal, em virtude da íntima relação dos fatos tributados.

PIS/FATURAMENTO - COFINS - Mantém-se o lançamento quando a contribuinte, embora intimada, não comprova a origem de depósitos bancários mantidos à margem de sua escrituração.

PIS/FATURAMENTO - COFINS - DECADÊNCIA - O prazo decadencial das contribuições sociais é de 10 (dez) anos por expressa determinação legal.

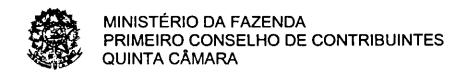
Lançamento Procedente em Parte.

A vista da parcela do crédito tributário exonerada ultrapassar a importância de R\$ 500.000,00, a Primeira Instância de Julgamento procedeu ao recurso de ofício, objeto da presente análise, nos termos do art. 34, inciso I, do Decreto n. 70.235/72, com a redação dada pelo art. 67 da Lei nr. 9.532/97, e Portaria MF n. 375/2001.

Esclareça-se que não existe recurso voluntário, conforme despacho da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal em Natal - RN, à fl. 365, a Contribuinte recolheu a parte do crédito tributário julgado procedente.

É o Relatório.

6



: 16707.004194/2003-56

Acórdão nº

: 105-15.373

VOTO

Conselheira NADJA RODRIGUES ROMERO, Relatora

O recurso *ex officio* preenche os requisitos para a sua admissibilidade. Dele, portanto, tomo conhecimento.

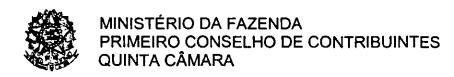
Conforme se verifica dos autos, a decisão recorrida exonerou a contribuinte a totalidade da exigência fiscal a título do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, tendo em vista não se configurar a hipótese de apuração do Lucro Real quando utilizado diferenças contábeis da entidade sindical entre receitas e despesas receitas sem que tenha sido procedidos de ajustes ao lucro liquido, por adições e exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas (art. 193, parágrafos 1º e 2º, do RIR/94, aprovado pelo Decreto nº 1.041/94).

A vista do que consta da r. decisão recorrida às fls. 347/354, entendo que a mesma não merece qualquer reforma em relação às matérias objeto do presente recurso.

Isto porque, o lucro real anual apurado pela autoridade administrativa não corresponde a apuração determinada pela legislação de regência, segunda a qual o lucro real é o lucro liquido ajustado, sendo sua apuração precedida da apuração do lucro liquido em conformidade com as leis comerciais.

Ainda, por tratar-se de procedimento de ofício caberia a autoridade fiscal diante da situação encontrada, falta de escrituração de acordo com as normas comerciais e fiscais intimar a contribuinte a escrituração comercial e fiscal com fins a apuração do lucro real. A partir daí diante das irregularidades constatadas, proceder ao lançamento tributário, caso não fosse possível caberia o arbitramento do lucro outra modalidade de tributação quando constatado vícios insanáveis na escrituração.

422 C



: 16707.004194/2003-56

Acórdão nº

: 105-15.373

Nessa mesma direção a r. decisão julgou improcedente a multa isolada relativa ao recolhimento de IRPJ por estimativa.

Assim, oriento meu voto no sentido de NEGAR provimento ao recurso *ex* officio interposto pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Recife - PE.

Brasília DF em, 09 de novembro de 2005

NADJA RODRIGUES ROMERO